



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil



ANAIIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 4

“CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA”

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA

MR4.1. Sociedade e Cultura de Fronteira

EMENTA

Esta mesa propõe-se a discutir fronteiras no Prata, contemplando diferentes temporalidades e espacialidades com enfoques voltados aos guaranis, às missões jesuíticas, aos migrantes dos séculos XIX e XX e às ideologias nacionalistas e de integração. Poderão ser trazidos ao debate estudos e reflexões que apontam para relações sociais transfronteiras, para vivências à margem das intencionalidades oficiais e de discursos hegemônicos. A composição da mesa proposta atentou para a inserção interinstitucional, para a interdisciplinaridade e vínculos com programas de pós-graduação que trabalham com fronteiras.

Coordenador: Valdir Gregory – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE - BRASIL)
Carmen Curbelo: Universidad de la Republica Uruguay - (UDELAR - URUGUAY)
Ernelo Schallenger – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE – BRASIL)
Jones Dari Goeter: Universidade Federal da Grande Dourados - (UFGD - BRASIL)
Ricardo Carlos Abinzano: Universidad Autónoma de Misiones – (ARGENTINA)

RESUMOS APROVADOS

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL LATINO-AMERICANO: O TRADICIONALISMO E A IDENTIDADE GAÚCHA (autor(es/as): Ana Carolina Rios Gomes)

O RAP ENTRE FRONTEIRAS: PRÁTICAS ESTÉTICO-MUSICAIS LATINO AMERICANAS (autor(es/as): Angela Maria de Souza)
REMANESCENTES DAS REDUÇÕES JESUÍTICAS DE NOSSA SENHORA LORETO E SANTO INÁCIO MINI NA PROVÍNCIA DO GUAIRÁ-1608-1639 (autor(es/as): BERENICE SCHELBAUER DO PRADO)

O CIRCUITO ROCKEIRO NA TRÍPLICE FRONTEIRA (autor(es/as): Franciele Cristina Neves)

A SOCIEDADE DE CONSUMO: ANÁLISES NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E PARAGUAI (autor(es/as): Luana Caroline Künast Polon)

Cortando a cerca: uma escola do campo frente a multiculturalidade contemporânea (autor(es/as): Lydia Maria Assis Brasil Valentini)

Movimento Hip-Hop como manifestação cultural: Uma análise do léxico de letras de rap em Foz do Iguaçu. (autor(es/as): RONALDO SILVA)

INTEGRALIZAÇÃO LATINOAMERICANA: AFIRMAÇÃO CULTURAL OU JOGADA IMPERIALISTA? (autor(es/as): Victor Alves Pereira)

Sankofá- Abaeté: Construindo diretrizes, resgatando nossas raízes (autor(es/as): Vilisa Rudenco Gomes)

SAÚDE SEM FRONTEIRAS - REDE BINACIONAL DE SAÚDE NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI (autor(es/as): Daniela da Rosa Curcio et alii.)

MR4.2. Apropriação, Usos do Território e Práticas Sociais Diferenciadas

EMENTA

Os trabalhos da presente mesa circunscrevem-se às pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelos participantes, que têm como referência diferentes sujeitos (quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos e trabalhadores rurais dentre outros) e práticas sociais, em distintos contextos. Os trabalhos explicitam diversos aspectos da problemática relativa à organização, apropriação e uso do território. O fio condutor das reflexões está referido às diferentes formas e estratégias utilizadas por esses sujeitos face às definições e redefinições recentes do território.

Coordenador: Joaquim Shiraishi Neto: Universidade estadual do Amazonas - (UEA - BRASIL)
Luís Fernando Cardoso e Cardoso: Universidade Federal do Pará - (UFPA - BRASIL)
Rosirene Martins Lima: Universidade estadual do Maranhão - (UEMA - BRASIL)
Ana Paulina Aguiar Soares: Universidade estadual do Amazonas – (UEA - BRASIL)

MEMÓRIAS DA GUERRA DO CONTESTADO- A CULTURA POPULAR ATRAVÉS DA RELIGIOSIDADE NO MONGE JOÃO MARIA DE JESUS EM MARILÂNDIA DO SUL. (autor(es/as): Bruno Augusto Florentino)

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SUA INTERFACE NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE ROSANA-SP (autor(es/as): CLEDIANE NASCIMENTO SANTOS)

REFLEXÕES ENTRE A MANUTENÇÃO DAS IDENTIFICAÇÕES RURAIS E A INFLUÊNCIA DAS MODERNIDADES NA VILA DO DISTRITO DE GUARAGI - PONTAGROSSA (PR) (autor(es/as): FABELIS MANFRON PRETTO)

ÍNDIOS, TAPUIOS E “CABOCOS”. CULTURAS E IDENTIDADES MARGINAIS NA MANAUS DE ONTEM E HOJE. (autor(es/as): PAULO MARREIRO DOS SANTOS JÚNIOR)

TOPOFILIA & TOPOFOBIA – TOPOCIDIO & TOPO-REABILITAÇÃO: A MERCANTILIZAÇÃO DA CULTURA EXPRESSA NO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DE DIAMANTINA-MG (autor(es/as): RAHYAN DE CARVALHO ALVES)

ARELAÇÃO SER HUMANO/ NATUREZA – REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO. (autor(es/as): ROSANA BARROSO MIRANDA).

MR4.3. Territórios, Memórias e Identidades latino-americanas

As ciências humanas e em especial as sociais desenvolveram no século XX teorias e metodologias para compreender e explicar como se elaboraram concepções de territórios, memórias e identidades, sobretudo na produção intelectual latino-americana. Atualmente, os estudos de caráter socioambiental contribuem sobremaneira com esses avanços, especialmente se forem considerados os aportes da antropologia, da geografia cultural, da história, da psicologia social e da sociologia. Além de localizar esses avanços, é fundamental trazer para o debate os resultados das pesquisas realizadas com esses múltiplos enfoques entre as dimensões da natureza e da sociedade

Coordenação: Salete Kozel – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)
Maria Geralda de Almeida: Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade de Goiás - (IESA/UFG – BRASIL)
Álvaro Luiz Heidrich: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – (UFRGS – BRASIL)
Sandra Valeska Fernandez Castillo: Universidad de Concepción - (CHILE)
Alicia M. Lindon Villoria: Universidad Autónoma Metropolitana - (UAM – MÉXICO)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA

“OUTROS” IMAGINADOS: AS REPRESENTAÇÕES DOS CIDADÃOS LATINO-AMERICANOS SOBRE AS CIDADES PRÓXIMAS E DISTANTES (autor(es/as): **carla beatriz santos menegaz**)

100 Anos de História: Alguns Elementos Formadores da Identidade Cultural do Território do Contestado (autor(es/as): **FLAVIA ALBERTINA PACHECO LEDUR**)

Guimarães Rosa no labirinto chamado América Latina (autor(es/as): **iolanda cristina dos santos**)

Los lugares de Memoria como lugares de Aprendizaje, tres estudios de caso: Santiago de Chile y Medellín-Colombia” (autor(es/as): **Karen Andrea Vásquez Puerta**)

A FESTA KALUNGA DE NOSSA SENHORA DE APARECIDA: IDENTIDADE TERRITORIAL E REAPROXIMAÇÃO ÉTNICA (autor(es/as): **Luana Nunes Martins de Lima**)

REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS E SIMBÓLICAS: AS IDENTIDADES DAS FESTAS DO BOI-A-SERRA NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO (autor(es/as): **Maisa França Teixeira**)

A construção do Patrimônio Cultural a partir do imaginário da população de Marechal Cândido Rondon - PR: um estudo sobre o lugar de memória Casa Gasa (autor(es/as): **Paulo Henrique Heitor Polon**)

A INFLUÊNCIA DO TURISMO NA VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL: O CASO DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO (autor(es/as): **Saulo Ribeiro dos Santos**)

IDENTIDADE E FÉ NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE SERGIPE (autor(es/as): **Solimar Guindo Messi as Bonjardim**)

MR4.4. Espaço, gênero e sexualidades na América Latina

EMENTA

A mesa redonda tem como objetivo realizar uma reflexão sobre as relações de gênero que envolvem o processo de organização social, econômica e cultural dos territórios da América Latina, evidenciando as hierarquias e desigualdades baseadas nos papéis sociais insituídos para homens e mulheres.

Coordenadora: Joseli Maria Silva - Universidade Estadual de Ponta Grossa – (UEPG - BRASIL)

Marlene Tamanini: Universidade Federal do Paraná – (UFPR - BRASIL)

Diana Lan: Universidad Nacional del Centro – (UNC - ARGENTINA)

Maria das Graças Silva Nascimento Silva: Universidade Federal de Rondônia – (UFR – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES E A CULTURA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS (autor(es/as): **ALEXANDRA PINGRET**)

PELOTÓN MARIANA GRAJALES: O OLHAR DA REVISTA MUJERES NO ANO DE 1971 (autor(es/as): **Andréa Mazurok Schactae**)

NA ARGENTINA TANGOS, NO BRASIL TRAGÉDIAS! LÁ MATRIMÔNIO IGUALITÁRIO, AQUI UNIÃO CIVIL (autor(es/as): **CHRISTOPHER SMITH BIGNARDI NEVES**)

ECONOMIA SOLIDÁRIA, RELAÇÕES DE GÊNERO E COLETADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL: LIMITES E AVANÇOS (autor(es/as): **Edinara Terezinha de Andrade**)

As mulheres do tráfico e a violência de gênero (autor(es/as): **Fernanda Pereira Luz**)

ARTICULAÇÕES EM REDE NA AMÉRICA LATINA: O CASO DE CDDLA E “CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR” NO BRASIL (autor(es/as): **Francine Magalhães Brites**)

OS SUJEITOS NA MARGEM DA CULTURA - CONFLITOS NOS ESPAÇOS EDUCACIONAIS LATINO AMERICANOS (autor(es/as): **Gustavo Luiz Ferreira Santos**)

Habilidades Sociais e Sexualidade: A construção Identitária na Adolescência (autor(es/as): **Priscilla de Castro Campos Leitner**)

AS UNIÕES HOMOAFETIVAS CONFORME O BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE E UMA PROTEÇÃO NORMATIVA GLOBAL: GARANTINDO DIREITOS HUMANOS (autor(es/as): **Rafael da Silva Santiago**)

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE LGBT NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ: UMA REFLEXÃO SOBRE SUAS APLICABILIDADES NO CONTEXTO DA EJA E PROEJA (autor(es/as): **Reinaldo Kovalski de Araujo**)

O MEDO NA CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ADOLESCENTES DO SEXO MASCULINO DA PERIFERIA DE DIFERENTES ÁREAS URBANAS DE PONTA GROSSA, PR (autor(es/as): **RENATO PEREIRA**)

MR4.5. Sociedades Tradicionais: imagens, tempo, espaço e saberes sobre a natureza

EMENTA

Em sua interação com a natureza, com distintas conformações, as chamadas “sociedades tradicionais” ou as sociedades originárias, constroem, historicamente, em seu universo mental, imaginário e práticas ecoprodutivas, uma cultura própria que envolve o conhecimento e respeito aos ciclos e movimentos naturais, atribuindo significado à sua vida material e imaterial – aos espaços ou territórios de que fazem parte. Isso envolve ritmos de tempo diferenciados dos ritmos caracteristicamente produtivistas que regem as sociedades urbano-industriais, os quais se pautam, fundamentalmente, numa temporalidade cronometrada e aritmetizada – no tempo da fábrica. Contrapor essas diferentes culturas, em sua lógica própria, focalizando, particularmente, as imagens, ritmos temporais, territorialidades e saberes patrimoniais das “sociedades tradicionais” e/ou originárias, significa pensarmos numa política de futuro na qual se inscreva o grande legado que tais sociedades detêm no trato com a natureza, com base em sua cosmovisão, práticas e expressões culturais próprias, para a construção de novas formas societárias, numa síntese histórica, de futuros inéditos.

Coordenadora: Lúcia Helena de Oliveira Cunha: Universidade Federal do Paraná (UFPR – BRASIL)

Carlos Galano: Universidad Nacional de Rosario - (UNR- ARGENTINA)

Carlos Walter Porto Gonçalves: Universidade Estadual do Rio de Janeiro - (UERJ- BRASIL)

Liliana Porto: Universidade Federal do Paraná - (UFPR-BRASIL)

Arturo Argueta: Universidad Nacional Autónoma de México - (UNAM-MÉXICO)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

RESUMOS APROVADOS

MULTICULTURALISMO, TURISMO E COMUNIDADES TRADICIONAIS: CAMPOS DE COEXISTÊNCIA E VIVENCIALIDADE? (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

Seringueiros do Acre - Imaginário e Paisagem Cultural (autor(es/as): **Janaína Mourão Freire**).

AS PAISAGENS CULTURAIS DO/NO ESPAÇO FESTIVO DA COMUNIDADE ENGENHO II EM CAVALCANTE – GOIÁS: UM OLHAR À LUZ DA GEOGRAFIA CULTURAL (autor(es/as): **JORGEANNY DE FATIMA RODRIGUES MOREIRA**)

RECONHECIMENTO DAS ICCAS (ÁREAS CONSERVADAS POR COMUNIDADES INDÍGENAS E LOCAIS) NAS POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL: DISCUSSÕES ATUAIS. (autor(es/as): **Luciene Cristina Rizzo**)

MR4.6. História e Literatura na América Latina

EMENTA

Na produção historiográfica recente, a literatura vem surgindo como uma fonte que oferece importantes recursos de análise da sociedade. Incorporada solidamente no conjunto de inovações de fontes, métodos e problemáticas que há algumas décadas transformaram a experiência da pesquisa histórica, a literatura está presente hoje numa pluralidade de estudos que pretendem compreender o intrincado universo das experiências mais subjetivas de homens e mulheres. Na América Latina a literatura tem ocupado importante papel no movimento da sociedade. Seja ela abordada desde o ponto de vista da materialidade do livro, da localização social do escritor, de suas “redes de interlocução”, bem como numa análise dos significados do texto, das representações da realidade que ele traz. Pensar a América Latina desde o ponto de vista dessa relação é a reflexão central que norteia o debate aqui proposto

Coordenadora: Ana Amélia de Moura C. de Melo: Universidade Federal do Ceará (UFC - BRASIL)

Tracy Devine Guzman: Duke University of Miami – (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA)

Soledad Falabella Luco: Universidad Diego Portales – (UDP - CHILE)

Adelaide Maria Gonçalves Pereira: Universidade Federal do Ceará – (UFC - BRASIL)

Ivone Cordeiro Barbosa: Universidade Federal do Ceará – (UFC - BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

Cartas de Nova York - José Martí Correspondente (autor(es/as): **Amanda Leite de Sampaio**)

O TURISTA APRENDIZ, DE MÁRIO DE ANDRADE VERSUS EL ZORRO DE ARRIBA Y EL ZORRO DE ABAJO, DE JOSÉ MARIA ARGUEDAS – UMA APROXIMAÇÃO LITERÁRIA E SOCIOLÓGICA NO PANORAMA LATINO AMERICANO (autor(es/as): **CRISTIANO MELLO DE OLIVEIRA**)

O espaço da ficção na identidade em invenção e memória, de Lygia Fagundes Telles (autor(es/as): **Fernando de Moraes Gebra**)

Jorge Luis Borges e o Populismo Argentino (1946-1955) (autor(es/as): **Fernando de Moraes Gebra**)

Bahia 1860: o Brasil de Maximiliano (autor(es/as): **Flávia Silvestre Oliveira**)

OS INTELLECTUAIS E A NOVA ATENAS: Um estudo das representações nas obras dos literatos maranhenses no início da Primeira República (autor(es/as): **PATRICIA RAQUEL LOBATO DURANS**)

MR4.7. - Interculturalidade, Identidades e Arte Latinoamericana.

EMENTA

A mesa propõe-se a discutir as questões anunciadas, do ponto de vista da crítica de arte e dos artistas, aqui representados por Hector Guido (teatro) e Pavel Egúez (artes plásticas). A partir do enfoque das políticas de subjetivação e suas interfaces (Suely Rolnik) e da interculturalidade que se acentua na resistência da arte em tempos globais, observada, sobretudo, nas zonas transitórias (Ticio Escobar), quer desencadear o debate sobre os recursos críticos e expressivos que se manifestam na arte atual da nossa América, frente ao “esteticismo brando” regido pelos mercados globais, que desvia o capital simbólico e gera territórios homogeneizados

Coordenadora: Mariza Bertoli – Universidade de São Paulo – (USP – BRASIL)

Maria José Justino: Escola de Música e Belas Artes do Paraná - (EMBAP-PR - BRASIL)

Ticio Escobar: Ministro da Cultura do Paraguai - (PARAGUAY)

Hector Guido: Diretor de Cultura de Montevideo - (URUGUAI)

Gustavo Pavel Egúez: Artista Plástico - (EQUADOR)

RESUMOS APROVADOS

Entre balas e belas - Comunicação e Moda nas favelas cariocas (autor(es/as): **Alexandra Santo Anastacio**)

PAISAGENS CULTURAIS E FRONTEIRAS (autor(es/as): **Beatriz Helena Furlanetto**)

INDÍGENAS: ENTRE REPRESENTAÇÕES E DISCURSOS (autor(es/as): **Eder Augusto Gurski**)

DE LA CULTURA ORAL A LA DIGITAL: SABERES, MEMÓRIAS Y NARRATIVAS EN LA TRANSCULTURA. PERSPECTIVAS DESDE LA UNIVERSIDAD INDÍGENA DE VENEZUELA (autor(es/as): **Fabiana Anciutti Orreda**)

O ATOR E O GRUPO: DISCURSOS SOBRE O TEATRO FEITO NA UNIVERSIDADE (autor(es/as): **JEAN CARLOS GONÇALVES**)

FESTAS POPULARES E SUAS REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS: LUGAR DE PROMOÇÃO DO PERTENCIMENTO E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS SUBALTERNAS. (autor(es/as): **Katia Maria Roberto de Oliveira Kodama**)

ASPECTOS DA ECONOMIA CRIATIVA NO MERCOSUL A Indústria Fonográfica como fator de aproximação entre Brasil e Argentina (2003 – 2011) (autor(es/as): **marcello de souza Freitas**)

SUSTENTABILIDADE CULTURAL: MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E DIFUSÃO DE PEQUENOS ACERVOS - RELATO DE EXPERIÊNCIA (autor(es/as): **Rafael Schultz Myczkowski**)

FALA JUVENTUDE! UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE JUVENTUDE, CULTURA E LAZER (autor(es/as): **Sandra Rangel de Souza**)

O Autorretrato Ampliado (autor(es/as): **Terezinha Pacheco dos Santos Lima**)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil



RECONHECIMENTO DAS ICCAs (ÁREAS CONSERVADAS POR COMUNIDADES INDÍGENAS E LOCAIS) NAS POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL: DISCUSSÕES ATUAIS.

Luciene Cristina Risso – Professora Dra. Do curso de Geografia, UNESP, campus de Ourinhos SP. E-mail: Luciene@ourinhos.unesp.br

RESUMO

Neste trabalho, discute-se a questão da conservação ambiental considerando a importância da questão cultural nos debates sobre biodiversidade e gestão/manejo de áreas protegidas, pois acredita-se que as comunidades indígenas e tradicionais podem contribuir sobremaneira para a conservação biológica com seus conhecimentos, valores e práticas culturais. Com este direcionamento, apresentam-se as discussões atuais referente às ICCAs – áreas conservadas por comunidades indígenas/tradicionais e locais. Conclui-se que a contribuição das ICCAs nas políticas de conservação é relevante, principalmente com o potencial de aumentar e contribuir com as áreas protegidas mundiais. Todavia, há que se pensar nas implicações sociais e políticas por parte tanto das comunidades como de outras Instituições envolvidas, como: integração de conhecimentos – técnicos e tradicionais, mudanças na questão da gestão – avançando para um manejo participativo eficazmente; transferência de poderes, mudança de pensamento enfatizando e valorizando o uso sustentável como uma forma compatibilizadora de proteção da Natureza, incorporando e respeitando a dimensão cultural, questões fundiárias, etc.



ÁREAS PROTEGIDAS E COMUNIDADES – BREVE CONTEXTO HISTÓRICO.

Diversas partes do mundo tornaram-se áreas protegidas seguindo o modelo americano, quando da criação de seu primeiro parque nacional em 1872 – Yellowstone. A idéia inicial era que o parque fosse desabitado, e que as pessoas somente deviam utilizá-lo para fins de visitação, uma vez que, não se imaginava um uso equilibrado da biodiversidade pelo ser humano.

Diegues (1994) chamou esta visão de “mito moderno da natureza intocada”. Gómez-Pompa e Kaus (1992, p.273) criticaram o fato de que a noção de um mundo natural “intocado” reflete uma percepção das populações urbanas que vivem distantes da natureza, pois para os grupos indígenas ou tradicionais, por exemplo, a floresta tropical não é selvagem, é sua casa.

Este modelo adotado ao redor do mundo e pelo Estado brasileiro trouxe uma série de dicotomias, porque estes territórios não eram desabitados, pelo contrário, tinham muitas populações tradicionais e indígenas.

O padrão de criação de Unidades de Conservação no Brasil correspondeu a um tipo de implantação sem estudos pormenorizados, sem a participação da população local e sem informação pública sobre o processo, justificado pela ideia básica de que havia remanescentes de ecossistemas à beira da devastação que precisavam ser salvos urgentemente (BRITO, 1995).

Para o poder público criar estas unidades, este deve fazê-lo nas terras de seu domínio público, ou por meio de desapropriações; Assim, a regularização das terras pressupõe a resolução das questões patrimoniais e de ocupação, com a finalidade de incorporá-las ao patrimônio público. Mas, até hoje não se resolveu a questão destas populações que vivem no interior dos parques, ou seja, criou-se um impasse legal.

A questão vai além de indenizações. As populações que sobreviveram às expropriações e desapropriações permaneceram nestas áreas para lutar pelos seus direitos territoriais. Todavia, foram proibidas de desenvolverem atividades diretas (como agricultura, caça, coleta, etc.), gerando conflitos com os objetivos previstos nas leis. Os conflitos expressam-se nos interesses e usos da área pelas populações locais e os interesses e usos possíveis segundo os objetivos de conservação.

No Brasil, a criação do parque estadual da Serra do Mar gerou diversas expropriações das comunidades caiçaras na década de 1970 e 1980; sofrimentos, descaracterização cultural e em alguns casos pobreza, já que os usos dos recursos naturais eram totalmente incompatíveis com a nova área protegida de uso indireto.



Estes conflitos entre comunidades e unidades de conservação foram muito estudados por sociólogos, antropólogos, geógrafos, etc., e muitas propostas¹ foram levantadas no sentido de resolver a questão - como um conceito mais aberto de parques e reservas, incluindo as comunidades oficialmente nestas áreas.

Entretanto, a legislação brasileira, enfatizou a proibição da presença de comunidades humanas em Parques, como pode ser constatado no artigo 11, § 1º da Lei n.º 9985/2000 (que criou o Sistema Nacional das Unidades de Conservação-SNUC), dispondo que os parques “são áreas de domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas”.

Desta forma, não houve uma mudança legal dentro da realidade tropical para permitir a presença de comunidades em unidades de proteção integral. Pelo contrário, ela continuou dentro de uma visão preservacionista e não acompanhou a evolução do conceito como sugeriu os principais órgãos de conservação internacional como a IUCN (União Internacional para a conservação da Natureza).

Como resultado, as comunidades e administradores (diretores) tiveram que encontrar caminhos para minimizar estes conflitos. O quadro atual varia desde comunidades que foram convidadas e que participam efetivamente do **manejo participativo** em suas unidades, como comunidades mais hostis - o que também é compreensível, pois isto depende da forma como foram tratados diante do processo da transformação do lugar em uma área protegida e como são tratados atualmente pelos dirigentes.

O que a própria IUCN recomenda é o envolvimento das comunidades tradicionais e indígenas no manejo, pois quanto maior o envolvimento comunitário maior a eficácia da conservação.

Referente ao manejo participativo, este termo também denominado de co-manejo é usado para interessados “envolvidos de forma substancial com as atividades do manejo” (BORRINI-FEYERABEND, 1997, p.12), e mais:

Especificamente, em um processo de manejo participativo, a instituição que tem jurisdição sobre a UC (geralmente estatal) desenvolve uma aliança com outros interessados pertinentes (principalmente residentes locais e usuários dos recursos) que especifica e garante suas respectivas funções, direitos e

¹ As propostas discutidas eram direcionadas ao projeto de Lei 2892 de 1992 referente a criação de um Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que anos mais tarde tramitando no Congresso tornou-se a Lei 9985/2000.



responsabilidades com respeito a UC (BORRINI-FEYERABEND, 1997, p.12).

[...] aqui propomos usar 'manejo participativo' como um conceito amplo que compreenda uma variedade de formas, mediante as quais a instituição responsável e outros interessados desenvolvem e implementam uma aliança de manejo (BORRINI-FEYERABEND, 1997, p.16).

Este co-manejo é recomendado principalmente em situações em que o território é habitado e quando o acesso aos recursos naturais é fundamental para assegurar a sobrevivência material e cultural das comunidades envolvidas. Para se adaptar a um manejo participativo é necessário envolver os interessados de forma a negociar ou compartilhar com eles a autoridade e responsabilidade ou ate mesmo transferir parte ou toda a autoridade a um ou mais interessados. A figura 1 mostra as etapas desde a consulta até a transferência de poderes.



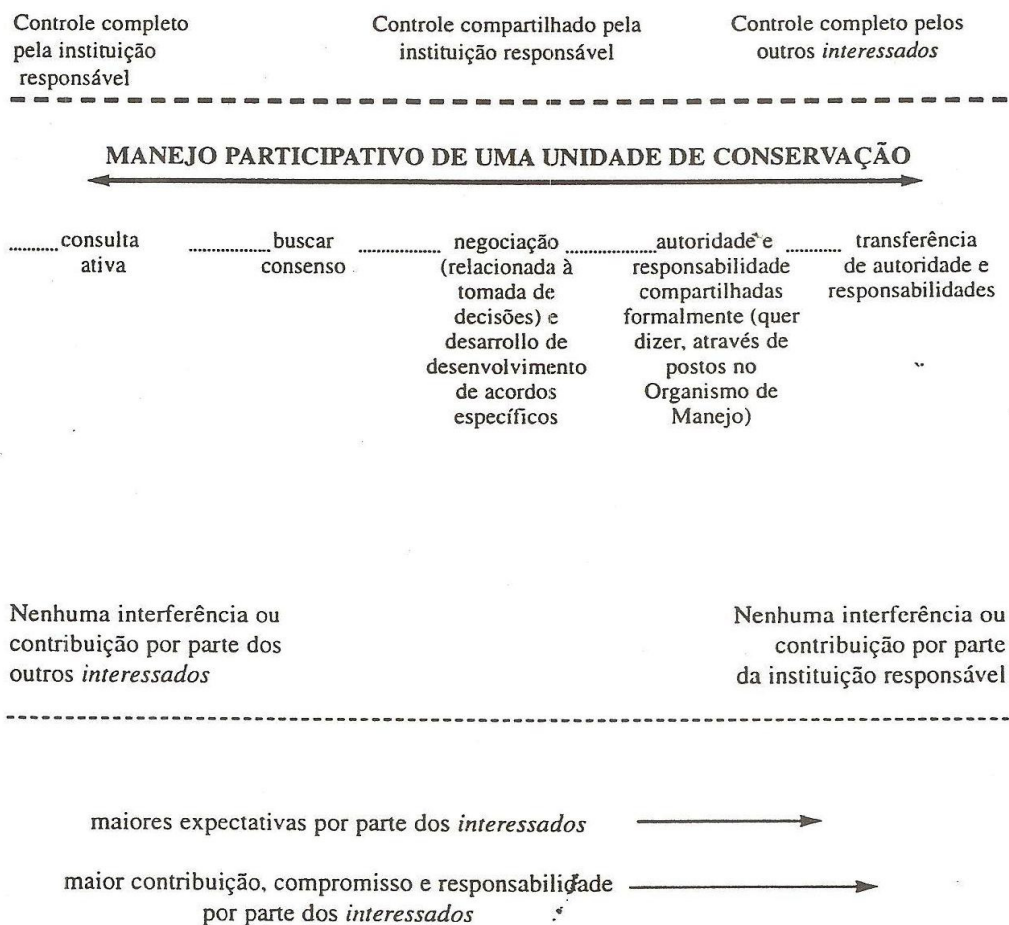


Figura 1: Etapas de um processo de manejo participativo em uma Unidade de Conservação. Fonte: BORRINI-FEYERABEND (1997, p.17).

Há casos em que as comunidades após realizarem as alianças no co-manejo da Unidade buscaram novas alternativas para suprirem suas necessidades (já que ao permanecerem seus usos chocavam-se com os objetivos da unidade²). A população local envolveu-se tanto com os objetivos do manejo e planejamento do Parque, que foram treinadas e empregadas para trabalhar nele como guias e monitores; outras direcionaram-se para o turismo, etc.

² Por mais paradoxal, a implantação destas áreas protegidas contribuiu para a permanência destas comunidades, já que o processo 'freou' de certa forma a especulação imobiliária tão presente no litoral paulista.



Sem dúvida, pode-se dizer que sem o apoio e a participação das populações em favor da conservação, estas unidades ficam cada vez mais frágeis. Como diz Vallejo (2002) “as unidades de conservação têm sido criadas, mas não se tem garantido a sua territorialidade através de políticas Públicas transversais” (...) “elas continuam sendo ‘ilhas’ e ‘santuários’ de preservação das espécies e esse isolamento não garante a sua existência, nem seus fins”.

É ímpar então uma conciliação entre populações e áreas protegidas, uma vez que as pessoas ao se sentirem responsáveis pela gestão participativa da área contribuem sobremaneira para a eficácia da conservação ambiental e preservação da diversidade cultural.

No Brasil já há uma série de experiências de manejo participativo desenvolvido nesta direção, cujos resultados preliminares são bastante promissores. A experiência das reservas extrativistas é uma das mais importantes e difundidas (ARRUDA, 1997).

Outras categorias de uso sustentável como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável e a Reserva da Biosfera são ótimas formas de conservação, uma vez que possibilitam e resgatam um relacionamento entre o Homem e a Natureza de forma equilibrada. No caso das reservas de Biosfera, esta compreende uma área central com ecossistemas bem protegidos e cercados por uma zona tampão no qual as atividades tradicionais podem continuar existindo de modo sustentável. As vantagens são:

Primeiramente, a população local pode se sentir incentivada a apoiar os objetivos da área protegida. Em segundo lugar, alguns traços desejáveis da paisagem criados pelo uso do homem podem ser mantidos. E, em terceiro lugar, as zonas tampão podem facilitar a dispersão dos animais e o fluxo de genes entre as áreas de conservação nucleares altamente protegidas e as áreas de transição dominadas pelo homem e não protegidas (PRIMACK; RODRIGUES, 2001, p.244).

Enfim, espera-se que na etapa de criação se pense na melhor forma de categoria para aquela área e que seja, o quanto possível, um modelo incluyente. Como dizem Primack e Rodrigues (2001, p.241) que “o uso da paisagem pelo homem é uma realidade que deve ser considerada quando se planeja um parque”.

Há áreas, por exemplo, que há maior necessidade de serem áreas de proteção integral (parques, reservas biológicas) que são relevantes para a conservação da biodiversidade e



outras que podem ser áreas de uso sustentável como reservas extrativistas, preservando práticas tradicionais, a cultura e o meio ambiente.

Como diz Bensusan (2006, p.130) “defender as unidades de conservação das populações, além de caro, é insustentável a longo prazo. A conciliação aumenta as chances de as áreas protegidas persistirem”.

O futuro das áreas protegidas não depende somente da manutenção de si mesma pelo contrário, elas são totalmente dependentes do ambiente externo. Se continuar a forma exploratória de recursos naturais para o desenvolvimento econômico a qualquer custo, estas pressões recairão sobre as áreas protegidas. Primack e Rodrigues (2001, p.245) também reforçam este pensamento: “se as áreas que cercam os parques forem degradadas, de qualquer forma, a diversidade biológica dentro dos parques diminuirá também, sendo séria a perda de espécies nos parques pequenos”. Há urgência então, de formas diferenciadas de uso e ocupação do solo.

Sobre os rumos de áreas protegidas é fundamental um conjunto de ações internas (gestão democrática, pesquisa, respeito às comunidades locais, etc,) e externas à unidade (planejamento urbano, gestão ambiental, etc), que permita uma mudança no pensamento e práticas de unidades de conservação.



O PAPEL DA IUCN NA DISCUSSÃO ENTRE ÁREAS PROTEGIDAS E COMUNIDADES.

A IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza, constituída por membros do Estado, organizações governamentais e não governamentais foi criada em 1948 para promover objetivos, definições, categorias, para os parques nacionais e outras categorias. Já em 1960, ela estabelece a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas visando a promoção, monitoramento e orientação para o manejo de tais áreas. Mas, somente em 1972, durante a XI Assembléia Geral no Canadá que se discutiu sobre a ocupação humana no interior de um parque. Nos anos de 1980, as discussões ampliaram-se com a publicação “World conservation strategy”, ao qual a proteção da diversidade biológica foi enfatizada, bem como o conhecimento dos ecossistemas e das espécies utilizadas pelas populações tradicionais.

Um marco importante foi em 1982 no Terceiro Congresso Mundial de Parques Nacionais em Bali (Indonésia). Recomendou-se que todas as ações de manejo fossem tomadas juntamente com as populações tradicionais. No entanto, segundo Diegues (1994,p.90) em nenhum momento se reconheceu explicitamente a existência de populações locais dentro dos parques nacionais nos países em desenvolvimento e nem os conflitos gerados. Isto fica mais evidente em 1986 durante a Conferência sobre “Conservação e Desenvolvimento: pondo em prática a Estratégia Mundial para a Conservação”, realizada em Ottawa – Canadá. Foi recomendado:

Reconhecer a relação particular que esses povos mantem com a Natureza; assegurar aos povos a participação no controle de uso dos recursos compartilhados; assegurar que os governos nacionais dediquem atenção necessária às necessidades e aspirações dos povos tradicionais cujos territórios serão afetados pela criação de parques nacionais e reservas, e assegurar consulta e acordo desses povos no estabelecimento e manutenção de parques (IUCN, 1986, apud DIEGUES, 1994, p.93).

Esta Conferência recomendou ainda que os povos tradicionais não devem ter seu modo de vida alterado caso permaneçam área do Parque ou que não sejam reassentados fora dela sem seu consentimento (IUCN, 1986).



Um grande progresso aconteceu no IV Congresso Mundial de Parques em Caracas (1992) com o tema “Povos de Parques”, cujos resultados foram publicados em 1993.

Este tema foi escolhido porque 86% dos parques da América do Sul têm populações permanentes. Esse Congresso recomendou um maior respeito pelas populações tradicionais e a rejeição da estratégia de reassentamento em outras áreas e sempre que possível, sua inserção na área de parque a ser criada (RISSO, 2001, p.36).

A Declaração de Caracas apresentou no seu relatório final uma visão de naturalismo ecocêntrico, ou seja, preservar a flora e a fauna independente de sua utilidade para o Homem; como também se reconheceu a permanência dos povos com culturas tradicionais de um conhecimento insubstituível da Natureza (IUCN, 1993), uma vez que a perda cultural tem efeito tão devastador quanto a extinção de espécies:

[...] a perda da diversidade cultural pode ter um efeito tão devastador quanto a extinção das espécies. As relações humanas com a terra tem suas raízes em crenças e praticas culturais (...) a diversidade cultural pode proporcionar respostas de como viver neste planeta de uma maneira sustentável (IUCN, 1993).

Mais recentemente, no último Congresso Mundial da Natureza da IUCN realizado em Barcelona em 2008, compreendeu-se que a diversidade cultural depende da manutenção da diversidade biológica e vice-versa. E por isto, há um esforço muito grande para ajudar os povos rurais (indígenas, comunidades tradicionais) na luta da conservação da natureza.

Em uma das palestras “Celebração das áreas protegidas, seus valores e suas gentes” realizada pela “World Commission on Protected Areas”, a mensagem geral foi que a conservação de áreas protegidas tem várias dimensões, não somente a econômica, mas outras como os valores culturais das comunidades.

Os debates foram muito interessantes porque dentro deste congresso, pela primeira vez, as vozes locais, comunitárias e indígenas tiveram espaço para poderem se expressar, de levar suas experiências na conservação. Os grupos indígenas e tradicionais trabalharam em torno do foco de conservação da biodiversidade e melhoria de vida (Figuras 2, 3 e 4).



Figura 2: Líderes comunitários apresentando palestras durante este Congresso. Foto: do autor – RISSO (2008).

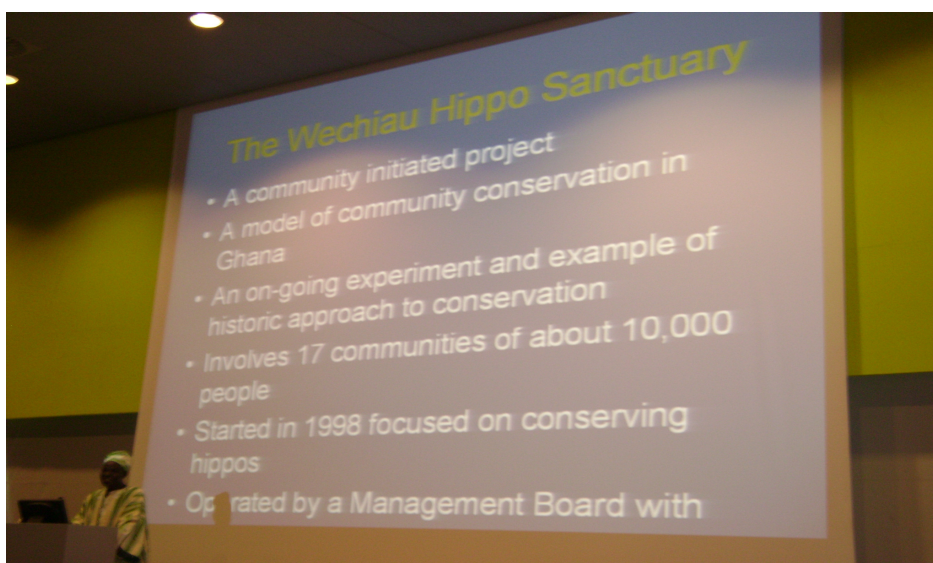


Figura 3: Líder de Gana apresentando palestra sobre seu modelo conservacionista. Foto: do autor – RISSO (2008).



ELEMENTOS	OCCIDENTAL	INDIGENA
	Tierra	Territorio
	Naturaleza	Madre Naturaleza
AGUA	Económico De uso	Sagrada
BOSQUE	Elemento de Conservación	Sagrada
BIODIVERSIDAD	Protección Investigación	Convivencia armónica
Elementos de la naturaleza (plantas medicinales)	Estudios	Fuente de vida

Figura 4: Liderança explicando a diferença da visão ocidental da visão indígena. Nota-se que para a visão ocidental os elementos da Natureza são apenas estudos, diferente da visão indígena onde esses elementos são a própria fonte de vida. Foto do autor – RISSO (2008).

Eles compartilharam práticas, celebraram êxitos e até criticaram alguns pontos, como a ampliação da inclusão de comunidades na REDD (Redução de Emissões devido ao desmatamento e a degradação) e a inclusão das terras indígenas como uma categoria da IUCN (Figura 5).



Figura 5: Liderança indígena da região Amazônica discutindo a questão da inserção na REDD. Foto do autor – RISSO (2008).

Neste congresso, a entidade, composta de Estados membros e organizações ambientais, recomendou (n.4049, 2008) que as áreas conservadas por comunidades indígenas e locais (conhecidas como ICCAs) sejam reconhecidas. Como fruto destas discussões, atualmente, existe um site na web (www.iccaforum.org) para que as comunidades utilizem, criando uma base de dados global (Figura 6).

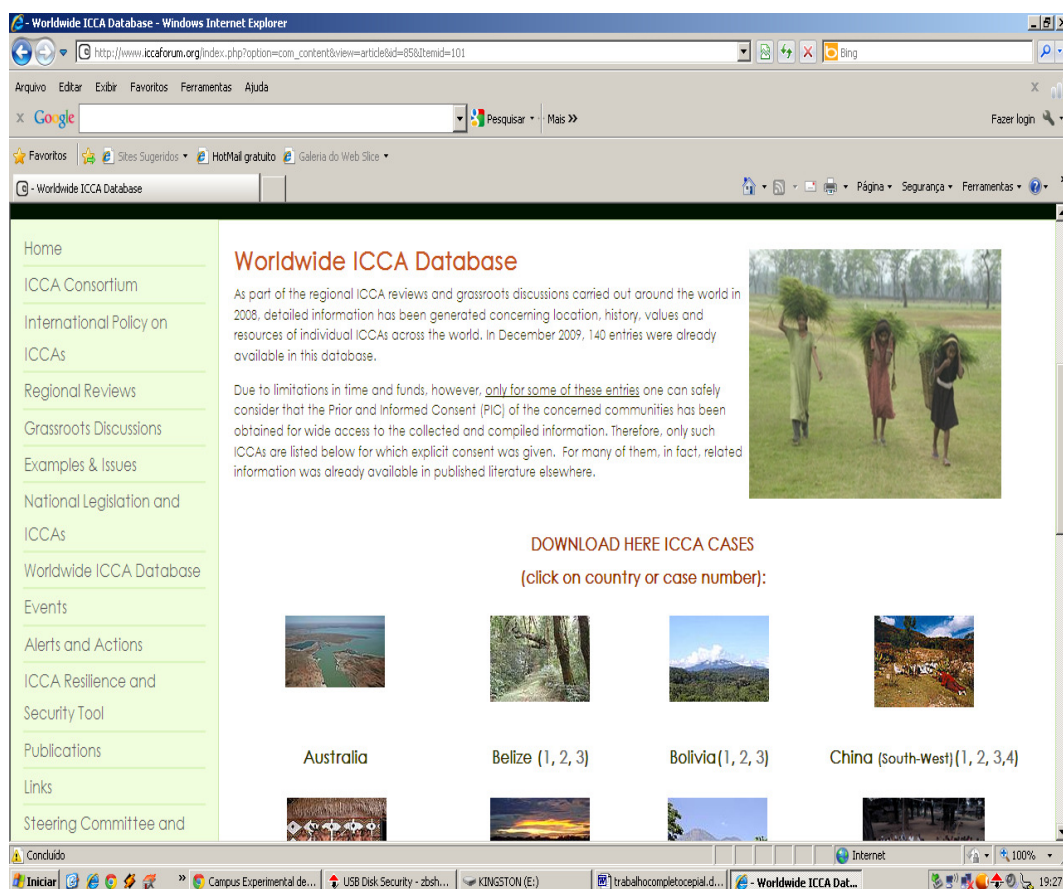


Figura 6: Página criada pela IUCN para a organização de uma base de dados das ICCAs.



AS ICCAS - AREAS CONSERVADAS POR COMUNIDADES INDIGENAS E LOCAIS.

O conceito de ICCAs (Áreas conservadas por comunidades) é relativamente novo, mas a concepção é muito antiga. Isto porque há tempos as comunidades manejam e conservam determinadas espécies ou áreas por motivos relacionados diretamente com a cultura, como tabus alimentares, lugares sagrados e práticas de subsistência. Não havia uma ideia de preservar por preservar, dentro de uma concepção moderna de conservação, mas o próprio modo de vida.

Com o tempo, a Ciência atentou-se ao fato de que estas comunidades produziam resultados análogos aos objetivos atuais da conservação. Isto porque de acordo com a visão cultural destas comunidades, tudo está interligado. Como diz Berkes (2008, apud 2009, p.21) “According to this view, conservation without use makes no sense (except for taboo areas and species) because it alienates people from their lands and from their stewardship responsibilities”³.

Primack e Rodrigues (2001, p.281) dizem que “as diversidades biológica e cultural estão geralmente ligadas”. Este pensamento vai de encontro com um conceito de biodiversidade onde o território é culturalizado (ESCOBAR, 1999, p.15/16) e não somente possui um sentido biológico:

[...] En el sentido biológico, la biodiversidad se define como el stock natural de material genético (como el capital de material genético presente en un ecosistema natural) en un ecosistema. Pero la “biodiversidad” trasciende ampliamente el terreno científico. Es también un ejemplo de coproducción tecnológica, científica y social. Podemos concebir la biodiversidad como potenciadora de una red transnacional que abarca diversos ámbitos en términos de actores, prácticas, culturas e intereses. La identidad de cada uno de los actores afecta la red y es afectada por Ella. Los nodos dominantes de la red están ocupados por instituciones internacionales, ONGs, jardines botánicos, compañías farmacéuticas y “expertos” científicos. Las “verdades” producidas por ellos pueden provocar resistencia, por ejemplo, de movimientos sociales, o ser recreadas por estos para servir a otros fines. Desde la perspectiva dominante, el objetivo

³ Tradução: (...) “De acordo com esta visão, conservação, sem uso, não faz sentido (exceto para áreas com tabu de espécies) porque afasta as pessoas de suas terras e de suas responsabilidades de manejo”.



ES crear una red estable para el movimiento de objetos, recursos, conocimiento y materiales sobre la base de una construcción simplificada cuyo mejor resumen es tal vez El lema del biólogo Daniel Janzen sobre la biodiversidad: “tienes que conocerla para utilizarla, y tienes que utilizarla para salvarla”. Si observamos la red resultante, es posible distinguir cuatro enfoques principales: la perspectiva globalocéntrica, el discurso de la soberanía nacional, el de las ONGs progresistas y los enfoques desde los movimientos sociales.

Risso (2005) em seu estudo com os índios Apurinã do igarapé Mucuim na região amazônica revela que a conservação da terra indígena é devido à percepção, valores e ética diferenciada. Os índios Tukano, por exemplo, vivem de raízes e peixes de água doce e têm severas proibições religiosas e culturais contra o corte da floresta ao longo do rio Negro, consideradas importantes para a manutenção das populações de peixes (PRIMACK; RODRIGUES, 2001, p.277).

São inúmeros os exemplos presentes na América do Sul, Índia, África, onde uso e proteção caminham na mesma direção. No entanto, somente atualmente se vem pesquisando e criando esforços para que estes conhecimentos tradicionais aliem-se aos esforços formais de proteção mundial da biodiversidade.

As ICCAs foram reconhecidas como importantes durante os eventos de Durban⁴ (2003) no V Congresso Mundial de Parques da IUCN e na VII Conferência sobre a Convenção da Diversidade Biológica (2004) em Kuala Lumpur. Mas, em 2008 durante o Congresso Mundial da Natureza da IUCN em Barcelona foi definido o que seriam as ICCAs:

Natural and/or modified ecosystems containing significant biodiversity values, ecological services, and cultural values, voluntarily conserved by indigenous, mobile and local communities, through customary laws and other effective means (IUCN, 2008).

Berkes (2009 apud Pathak et al 2004) diz que há três características importantes de uma ICCA. Primeiro, esta deve envolver uma comunidade intimamente ligada ao ecossistema

⁴ Vale dizer da importância da IUCN, da Ciência e outras Instituições e Organizações na discussão da temática e contribuição neste processo, conforme mostrado nos capítulos anteriores. Em Durban, este evento recomendou o reconhecimento da diversidade de abordagens de áreas protegidas de governança, tais como áreas de conservação comunitária, áreas de conservação indígena e áreas protegidas privadas (Pathak et al., 2004 apud Berkes, 2009).

– culturalmente ou por causa das necessidades de subsistência. Segundo, as decisões da comunidade efetivamente devem levar a conservação, mesmo que isto não seja o principal objetivo, e terceiro, a comunidade é a grande instituição governante e têm a capacidade de cumprir os regulamentos (Tradução livre).

Importante destacar que embora contribuam para a conservação da biodiversidade, este pode não ser o objetivo principal (que seria o primeiro na proteção formal das áreas protegidas mundiais). O principal pode estar ligado com a sobrevivência da comunidade, seu bem estar e também por razões culturais (lugares sagrados, tabus, etc).

Contemporaneamente, algumas comunidades começaram a perceber sua importância no discurso ambientalista atual e estão inovando suas ações e atitudes, inclusive em alguns casos, rediscutindo questões implícitas a própria cultura, encorajados pelos retornos dos serviços ambientais. Há casos que essas áreas estão sendo enquadradas como novas ICCAs (Figura 7)

Table 1 Examples of modern CCAs

Case	Main reason for ICCA	Reference
The Torra Conservancy, Namibia, 352,000 ha, one of Namibia's 50 plus conservancies	Employment and cash benefits from wildlife use; ecotourism; community organization and empowerment; participation in wildlife management	Hoole (2007)
Nuevo San Juan, Mexico, 18,000 ha community-based forestry enterprise	Economic and social development; multiple-use forest ecosystem for timber and non-timber forest products; control of traditional lands	Orozco (2006)
Pred Nai Community Forestry Group, Trat Province, Thailand	Rehabilitation of degraded mangrove forest (about 2,000 ha); access to livelihood resources; secure community land tenure	Senyk (2006)
Arapaima Management Project of the North Rupununi District Development Board, Guyana	Community-based conservation as investment for future use of <i>Arapaima gigas</i> , a giant Amazon fish; collateral donor support; empowerment; management participation	Fernandes (2004)
Paakumshumwaau-Maataskaau Biodiversity Reserve, 4,259 sq km, Cree Nation of Wemindji, Canada	Biodiversity and landscape conservation; security from hydro-electricity development threat; reaffirming land and resource rights; community identity, cohesion and cultural needs	Quebec (2008)

Figura 7: Exemplos de modernas áreas de conservação comunitária. Fonte: Berkes (2009, p.21).

Assim, está-se unindo conservação com bem estar social. Apego e segurança à terra são grandes motivações destas comunidades, mesmo as mais comerciais (BERKES, 2009).

Há uma variedade e complexidade das ICCAs no mundo. Muitas dessas áreas já estão incorporadas em algum sistema nacional de proteção (encaixam-se nas categorias V e VI da IUCN), como por exemplo, as reservas extrativistas no Brasil, mas as terras indígenas,



consideradas como uma ICCAs, podem não querer fazer de uma rede de conservação. Inclusive no congresso de Barcelona em 2008, houve exatamente esta discussão e muitos dos povos indígenas não desejavam inserir-se em nenhuma categoria formal da IUCN, mesmo tendo uma série de vantagens. Sobre isto, Berkes (2009) diz que muitos deles “associam ‘parques’ com desapropriações”:

Flexibility and site specific approaches are needed to adapt solutions to local problems through learning-by-doing. Strengthening land and resource tenure through government recognition and payment for environmental services are ways to provide incentives for ICCAs to join the national system. However, many indigenous and rural groups around the world associate “parks” with “dispossession”. Kothari (2006) alludes to this problem in a discussion of the reluctance of Indian ICCAs to take advantage of new legislation for recognition. In the Philippines, the Tagbanwa people fear losing control of their resources if Coron Island is added to the national system (Pathak et al. 2004).

A contribuição das ICCAs nas políticas de conservação é relevante, principalmente com o potencial de aumentar e contribuir com as áreas protegidas mundiais. Todavia, há poucas discussões a respeito das implicações políticas.

Sobre isto, Berkes (2009) levanta algumas questões importantes. Primeiro, quanto a eficiência da conservação biológica – há uma facilidade maior da avaliação da eficácia em áreas como as reservas extrativistas por exemplo, mas em outras áreas com forte pressão do mercado e dificuldades sociais, estes valores podem ser enfraquecidos⁵. Outro ponto é que a integração deste tipo de governança nas áreas protegidas exigiria mudanças legais e políticas.

Haveria necessidade de uma mudança no pensamento dos gestores. A integração de tais conhecimentos exigiria: múltiplas parcerias, habilidades de negociação, construção de redes e resolução de conflitos. A co-gestão seria um modelo importante e envolveria comunidade, direitos/deveres do governo e uma abordagem de resolução de problemas. Mas para muitas comunidades co-gestão também significa ameaça de intervenção do governo.

⁵ E daí somente a comunidade pode mudar isto, aprendendo diante da escassez de recursos e desenvolvimento sua própria ética de conservação ao longo do tempo como diz Holt (2005, apud Berkes, 2009). Tradução nossa.



Portanto, entende-se que é fundamental ampliar estes questionamentos para o Brasil, considerando a importância do Brasil neste cenário de alta bio e sociodiversidade. Demonstra-se a importância da inclusão dos valores culturais nas políticas de conservação, o que não significa que, para isto essas comunidades integrem-se em alguma categoria oficial de conservação. Essas devem ser livres para escolherem e discutirem sobre este assunto.

Sobretudo, ressalta-se que as terras manejadas pelas comunidades indígenas e ou/tradicionais devem ser valorizadas, pois nos remetem a uma necessidade de mudança paradigmática em que o relacionamento entre sociedade e Natureza pode ter outras dimensões. Entretanto, precisamos de uma compreensão maior de sociedades que possuem relações diferenciadas em seus territórios. Não se trata de “endeusar” estas populações, mas caminhar rumo ao entendimento do outro, apreciando seus saberes e práticas.



REFERÊNCIAS

- ARRUDA, R. (1997). **Populações 'Tradicionais' e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação**. In: Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Unidades de conservação. Vol. 1 Conferências e Palestras, pp. 262-276. Curitiba, Brasil.
- BENSUSAN, N. (2006). **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- BERKES, F. (2009). Community conserved areas: policy issues in historic and contemporary context. **Conservation Letters** 2, p.19-24.
- BORRINI-FEYERABEND (1997). **Manejo participativo de áreas protegidas: adaptando o método ao contexto**. In: **Parques nacionales y conservación ambiental**. Gland, Switzerland, IUCN.
- BRITO, M.C.W (1995). **Unidades de Conservação: intenções e resultados**. São Paulo: USP. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais).
- CORRIGAN, C.; GRANZIERA, A. (2010). **Manual para el Registro de Áreas conservadas por Comunidades Indígenas y Locales**. Reino Unido, UNEP-WCMC.
- DIEGUES, A. C. (1994). **O mito da Natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB/USP.
- ESCOBAR, A. (1999). Comunidades negras de Colombia: en defense de biodiversidad, territorio y cultura. Uruguai: **Biodiversidad sustento y culturas**, p.15-22. Disponível em <<http://www.grain.org/article/entries/881-comunidades-negras-de-colombia-en-defensa-de-biodiversidad-territorio-y-cultura>>. Acesso em 21/05/2007.
- GOMEZ-POMPA, A.; KAUS, A. (1992). Taming the wilderness myth. **Bioscience** (s.1) v.42, nº 4.
- IUCN (1986). **Conservação e desenvolvimento sustentado: pondo em prática a estratégia mundial para a conservação**. Gland, Switzerland.
- IUCN (1986). **Managing protected areas in the tropics**. Gland, Switzerland, 1986.
- IUCN (1993). **Parks and progress**. Cambridge.
- PRIMACK, R.B.; RODRIGUES, E. (2001). **Biologia da conservação**. Londrina: Editora Midiograf.
- RISSO, L.C. (2001). **Mapeamento das áreas suscetíveis à prática agroecologica no Núcleo Picinguaba (Parque Estadual da Serra do Mar) , Ubatuba SP, como subsídio a atividades sustentáveis**. Rio Claro: UNESP, Centro de Estudos Ambientais. Dissertação (Mestrado em Conservação e Manejo de Recursos).
- RISSO, L.C. (2005). **Paisagem, Cultura e Desenvolvimento Sustentável: Um estudo da comunidade indígena Apurinã na amazônia brasileira**. Rio Claro: UNESP. Tese (Doutorado em Geografia).



VALLEJO, L.R. (2002). Unidades de conservação: uma discussão teórica a luz dos conceitos de território e de políticas públicas. Rio De Janeiro: **GEOgraphia**, Vol. 4, No 8.

Dados sobre o autor:

Luciene Cristina Risso – Professora Dra. do curso de Geografia, UNESP, campus de Ourinhos SP. E-mail: Luciene@ourinhos.unesp.br e WWW.cenpea.com.br.

Áreas de interesse: cultura e meio ambiente. Áreas protegidas e comunidades indígenas e tradicionais.

Últimas publicações:

- 1- RISSO, Luciene C. PERCEPÇÃO AMBIENTAL E REPRESENTAÇÕES DO TERRITÓRIO APURINÃ. **Caminhos de Geografia** (UFU), v.13, p.252- 262, 2012.
- 2- RISSO, Luciene C. Estudo de percepção e conservação ambiental no Parque Ecológico de Ourinhos - SP. **Geografia** (Rio Claro. Impresso), v.36, p.297 - 310, 2011.
- 3- RISSO, Luciene C. ZONEAMENTO DO PARQUE ECOLÓGICO DE OURINHOS SP. **RA'E GA**, v.23, p.489-519, 2011.
- 4- RISSO, Luciene C. PAISAGENS E CULTURA: UMA REFLEXÃO TEÓRICA A PARTIR DO ESTUDO DE UMA COMUNIDADE INDÍGENA AMAZÔNICA. **Espaço e Cultura** (UERJ), v.23, p.67-76, 2008.
- 5- RISSO, Luciene C. **Parque ecológico de Ourinhos/SP**: resultados da pesquisa, ensino e extensão do CENPEA/UNESP como subsídio ao ensino fundamental. Ourinhos: UNESP, campus experimental de Ourinhos, 2011 (livro impresso publicado).